
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA (ESOCIAL)

PERCEPTION OF ACCOUNTING SCIENCES ON THE DIGITAL SCRIPTURE SYSTEM FOR TAX, LABOR AND SOCIAL SECURITY OBLIGATIONS (ESOCIAL)

Alda Caon

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Endereço: R. Comandante Carlos Pinho, 47 Centro, Chapecó – Santa Catarina
CEP: 89802-425 – Brasil.
Telefone: (49) 88399833
E-mail: alda_k12@hotmail.com

Recebido: 20/12/2016 Aprovado: 21/03/2017
Publicado: 31/03/2017

Sabrina do Nascimento

Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Professora doutora titular do Departamento de Ciência Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Endereço: R. Av. Nereu Ramos, 3777 – Seminário – Chapecó – Santa Catarina – Brasil.
Telefone: (49) 3319-2620
E-mail: sabnascimento@gmail.com

RESUMO

O estudo buscou analisar a percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial), em uma instituição de ensino superior comunitária do Oeste de Santa Catarina. Na metodologia, a pesquisa descritiva de levantamento, ou survey fez uso de uma abordagem quantitativa. Os resultados apontam que os discentes apresentam uma preocupação quanto à complexidade do assunto, tendo em vista que as informações devem ser repassadas aos órgãos governamentais de maneira precisa, verídica e em tempo real. Observa-se que participação em treinamentos, cursos e capacitações ainda é baixa. Quanto à capacidade para trabalhar com o eSocial, em linhas gerais, os discentes acreditam que estão pouco preparados para implementar tal mudança que o governo impõe. Conclui-se que há um despreparo, dificuldade e falta de conhecimento por parte dos discentes, profissionais e das organizações quanto às informações relacionadas ao eSocial.

Palavras-chave: eSocial. Ciências Contábeis. Sistema de Escrituração Digital.

ABSTRACT

This study aims to analyze the students' perception of accounting sciences on the Digital Bookkeeping System of Tax, Labor and Social Security Obligations (eSocial), in a community higher education institution in the west of Santa Catarina. In the methodology, the descriptive research of survey or survey made use of a quantitative approach. The results indicate that the students present a concern about the complexity of the subject, given that the information must be passed on to government agencies in a precise, truthful and real-time manner. Participation in training, courses and training is still low. As for the ability to work with

eSocial in general, students believe they are ill-prepared to implement such a change that the government imposes. It is concluded that there is a lack of preparation, difficulty and lack of knowledge on the part of the students, professionals and the organizations regarding the information related to eSocial.

Keywords: *eSocial. Accounting Sciences. Digital Bookkeeping System.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente algumas mudanças, de ordem tecnológica, têm impactado as pessoas, empresas e os nossos governantes. Estas mudanças tecnológicas têm por objetivo auxiliar nos processos e atividades cotidianas das organizações. As referidas mudanças têm ocorrido nos órgãos governamentais, cujos são responsáveis por realizar a gestão e digitalização das informações em âmbito fiscal, trabalhista e previdenciário que emergem das necessidades do fisco. Para Santana et al. (2014), a contabilidade, ao respeitar a essência dos eventos econômicos, captura e mede informações que servem de subsídio ao processo de tomada de decisão nas organizações.

Em consonância com esta nova realidade, o governo implanta o projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que corresponde a um projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2007). O projeto visa uniformizar as informações, as quais eram impressas para serem entregues aos órgãos governamentais, antes e com a implementação do projeto passam a ser entregues em meio digital.

O SPED apresenta alguns subprojetos como a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-E), Conhecimento Transporte Eletrônico (CTE) e o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais (eSOCIAL). O subprojeto do eSocial abrangerá a folha de pagamento e as obrigações trabalhistas, previdenciária e fiscais que vem para aperfeiçoar e padronizar a transmissão de informações aos órgãos governamentais, de uma única vez e em tempo real.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como foco o eSocial, por ser um tema atual e ainda suscitar investigação por parte dos gestores, contabilistas e órgãos governamentais em relação a sua implementação que promete causar transformações significativas quanto ao abastecimento dos dados empresariais à administração pública. Para Oliveira (2014, p. 3) “as preocupações que todos os profissionais e setores estão tendo em se adequar ao eSocial tem sido muito grande, pela sua complexidade na implantação total”.

Dessa forma, o propósito principal da pesquisa reside na investigação da percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o eSocial, em uma instituição de ensino superior comunitária do oeste de Santa Catarina. Esta pesquisa justifica sua relevância ao contribuir para as discussões acerca do eSocial na percepção dos futuros usuários deste programa governamental para que possa auxiliar na compreensão, utilização, capacitação e entendimento dos profissionais e discentes da área contábil. Petri et al. (2013) destacam que os estudos que abordam o eSocial se justificam diante da necessidade informacional dos profissionais de contabilidade em relação a implantação do SPED e seus subprojetos, uma vez que existem uma carência de estudo empíricos que abordam o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Está seção aborda o encadeamento dos raciocínios utilizados que subsidiam a sustentação teórica do estudo (BEUREN, 2013), que trata do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), bem como os estudos anteriores que se assemelham à temática.

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

A partir da informatização e da digitalização das informações emergem novas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias oriundas das necessidades do fisco e das empresas surge o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Para Azevedo e Mariano (2009 p. 49) “a maior virtude deste projeto foi a parceria entre empresas e governo, que com sua união criaram algo novo e moderno, que se fazia necessário para ambos”.

Young (2009) destaca que a partir da criação do SPED, uma série de leis, portarias e convênios estão sendo editadas pela administração pública no âmbito estadual e federal com o intuito de suportar as alterações necessárias para a implementação deste programa e de seus subprojetos, para que estes passem a vigorar efetivamente.

O SPED foi criado pelo governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007/2010, sendo um projeto com o objetivo de “promover a integração dos fiscos” e “uniformizar as obrigações acessórias”, bem como melhorar a “identificação de ilícitos tributários”. E instituído no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, publicado no Diário Oficial em edição extra que modifica a apresentação dos livros e documentos contábeis e fiscais de forma eletrônica (arquivo digital).

De acordo com o Art. 2, do Decreto nº 6.022/2007: “Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários [...]” (BRASIL, 2007).

O SPED tem como intuito aprimorar os registros das obrigações acessórias ao integrar os fiscos (Federal, Estadual e Municipal), facilitando a identificação das fraudes, além de aperfeiçoar os processos de controle fiscal e aumentar a arrecadação. (NEVES JÚNIOR; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2011).

Com a implantação do projeto SPED, as informações se tornaram rápidas e precisas, pois são geradas e repassadas em tempo real interligando várias informações em uma única transmissão. Nesta oportunidade, são confrontados os dados e ainda, verificado se há alguma divergência entre as empresas e suas informações encaminhadas (PETRI et al., 2013). O projeto SPED abrange vários, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Subprojetos abrangidos pelo SPED (continua)

Subprojeto	Descrição
Escrituração Contábil Digital (ECD)	O Sistema de Escrituração Contábil Digital foi instituído pela Receita Federal do Brasil (Instrução Normativa RFB 1.420, de 19 de dezembro de 2013) e substitui a sistemática de prestação de informação ao fisco e compreende a versão digital dos Livros Diário, Razão e seus auxiliares, bem como livros balancetes diários, balanços e fichas de lançamento comprobatório dos assentamentos neles transcritos (SPED, 2016c).
Escrituração Contábil Fiscal (ECF)	O Sistema de Escrituração Fiscal Digital fixado pela Instrução Normativa RFB nº 1536 de 22 de dezembro de 2014, sendo a forma digitalizada, que substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). (SPED, 2016d).
Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições)	Instituída pela Lei nº 12.546/2011, a EFD-Contribuições deve ser utilizada pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, nos regimes não-cumulativos e/ou cumulativo, a partir do conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade. (SPED, 2016e).
Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS IPI)	Compreende a digitalização de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse do Fisco e da Receita Federal, bem como de registros de apuração de impostos referente às operações praticadas pelo contribuinte que deverá ser transmitido via internet para o ambiente do Sped (SPED, 2016f).

Quadro 1 – Subprojetos abrangidos pelo SPED (conclusão)

Escrituração Fiscal Digital (EFD Reinf)	É o mais recente módulo que está sendo construído para complementar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e se refere a informações relacionadas à contribuição previdenciária substituída. Dentre as informações prestadas pela EFD-Reinf, tem-se: aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, às retenções na fonte (IR, CSLL, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados à pessoas físicas e jurídicas, os recursos recebidos por/repassados para associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional, comercialização da produção e à apuração da contribuição previdenciária substituídas pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica, as empresas que se sujeitam à CPRB (Cf. Lei 12.546/2011), as entidades promotoras de eventos que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol profissional. (SPED, 2016g).
Conhecimento de Transporte (CT-e)	Foi instituído pelo Ajuste SINIEF 09/07 de 25/10/2007, sendo utilizado para substituir os seguintes documentos fiscais: conhecimento e transporte rodoviário de cargas (modelo 8), conhecimento de transporte aquaviário de cargas (modelo 9), conhecimento aéreo (modelo 10), conhecimento de transporte ferroviário de cargas (modelo 11), nota fiscal de serviço de transporte ferroviário de cargas (modelo 27) e nota fiscal de serviço de transporte (modelo 7), quando utilizada em transporte de cargas. (SPED, 2016b).
e-Financeira	A Instrução Normativa RFB nº 1571, de 2 de julho de 2015, disciplina a obrigatoriedade da prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita. Este subprojeto é um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras. (SPED, 2016h).
Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais (eSocial)	É um projeto que tem o intuito de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional. Sendo que em breve entrará em vigor o eSocial do Empregador Doméstico. (SPED, 2016i).
Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e)	É um documento emitido e armazenado eletronicamente, sendo de existência apenas digital para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso pelo Ambiente Autorizador. (SPED, 2016j).
Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)	Este é um documento de existência apenas digital, sendo emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio ao consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente. (SPED, 2016l).
Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)	A NF-e instituída pelo Anexo 11 da Regulamentação do ICMS, para ser utilizadas por contribuintes do ICMS e IPI, em substituição a Nota Fiscal modelo 1 é um documento exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço com objetivo principal de padronizar o documento fiscal eletrônico com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente (PETRI et al., 2013).
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)	É um documento de existência digital, gerado e armazenado de forma eletrônica no Ambiente Nacional pela Receita Federal do Brasil, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada para documentar as operações de prestação de serviços. O projeto atende ao Protocolo de Cooperação ENAT nº 2, de 7 de dezembro de 2007. (SPED, 2016a).

Fonte: Os autores, 2017.

De acordo com o Quadro 1, verifica-se a gama de subprojetos contemplados pelo SPED no contexto nacional.

2.1 Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

O eSocial foi criado como uma obrigação legal definida pelo Governo Federal Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o mesmo promove uma completa mudança na gestão das informações nas entidades competentes alterando o teor da fiscalização. O projeto consiste na unificação por meio

eletrônico do envio de informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais, que visa aperfeiçoar o sistema e dar agilidade no cruzamento de dados dos empregadores, empregados e entes do governo (BRASIL, 2014).

O comitê gestor do eSocial é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, Secretaria Nacional do Seguro Social – INSS e o Conselho Curador do FGTS por meio do seu representante a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2014). Sendo que este comitê é regido pelos objetivos do eSocial, de acordo com o decreto nº 8.373/2014 que aponta:

- a) viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- b) racionalizar e simplificar o cumprimento das obrigações;
- c) eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;
- d) aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciário e tributárias;
- e) conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. (BRASIL, 2014).

Em linhas gerais, o eSocial permitirá ao empregador “atuar com mais transparência, segurança jurídica, evitando passivos fiscais e trabalhistas desnecessários, dificultando fraudes com o sistema previdenciário e trabalhista” (ALOUICHE; FIORAVANTE, 2014).

Para Oliveira (2014, p. 42) “os objetivos do eSocial são viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores brasileiros, simplificar o cumprimento de obrigações, aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais”.

Nesse sentido, a unificação mencionada no projeto de lei tem o intuito de alocar ao fisco um ambiente que contenha todas as informações do contribuinte, o que torna o processo de fiscalização mais rápido e eficaz, uma vez que estão disponíveis em um único ambiente (SOUZA, 2013). O conceito do eSocial envolve a coleta de informações para realizar o armazenamento no Ambiente Nacional do eSocial que “possibilitará aos órgãos participantes do projeto a sua efetiva utilização para fins previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS” (BRASIL, 2013).

Para compreender as mudanças proporcionadas pelo novo sistema, no cenário atual, todas as empresas devem seguir alguns procedimentos operacionais antes da implementação do eSocial para encaminharem as informações trabalhistas de seus colaboradores para os órgãos competentes, de acordo com o Manual de Orientação do eSocial (BRASIL, 2013), tais como: Registro do empregado, Folha de Pagamento, Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), Relação Anual Geral de Informações Sociais (RAIS), Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD), Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP), Termo de Rescisão e Formulário do Seguro Desemprego.

As obrigações mencionadas eram confeccionadas em diferentes períodos e entregue a distintos órgãos por meio eletrônico. Entretanto, com a implementação do novo sistema do eSocial, busca-se a unificação destas obrigações, criando um novo cenário. Neste novo cenário, o empregador poderá transmitir os eventos no eSocial com o código de acesso ou certificado digital por meio da internet, para os órgãos como a Caixa Econômica Federal (CEF), INSS, Previdência Social, Ministério do Trabalho e Receita Federal, com vistas a alimentar as bases de dados dos diversos sistemas governamentais com as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas a partir do envio unificado de informações (BRASIL, 2013).

Com a implementação do novo sistema do eSocial algumas obrigações acessórias passaram a ser resumidas em uma única guia, diminuindo a transmissão para vários órgãos da mesma informação, na qual serão substituídos cerca de 80% das obrigações acessórias pelo eSocial, facilitando o envio das informações (OLIVEIRA, 2014).

2.2 Estudos anteriores que abordam esta temática

Apresenta-se, a seguir, os estudos empíricos, sem a pretensão de esgotar a literatura, que abordaram o eSocial no contexto nacional, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Estudos empíricos que abordaram o tema

AUTOR(ES)	OBJETO DE ESTUDO	OBJETIVO GERAL
Cavalcante (2013)	Artigo teórico.	Abordar sobre o processo de implantação, a estrutura de funcionamento, as mudanças na atual estrutura de informação trabalhista ao fisco nacional, os impactos nas áreas de atuações das relações trabalhistas, a importância e os benefícios a serem alcançados pelo projeto do eSocial.
Costa (2014)	Artigo teórico.	Evidenciar como a implantação do eSocial poderá mudar as rotinas trabalhistas de modo que demonstre informações mais precisas e relevantes para o Governo, para o empregador e para o empregado
Del Frari (2015)	Empresa de pequeno porte que atua no setor de projetos de pequenas centrais hidrelétricas no estado do Rio Grande do Sul.	Descrever os benefícios e dificuldades para a implantação e geração do eSocial em uma empresa de pequeno porte localizada na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.
Mann e Hoffman (2015)	Setor de recursos humanos de empresas cooperativistas agropecuárias da cidade de Ponta Grossa no Paraná.	Analisar o cenário de preparação para implantação do eSocial junto ao setor de recursos humanos de empresas cooperativas agropecuárias localizadas em Ponta Grossa no estado do Paraná.
Nascimento e Silva (2015)	Empresa de grande porte situada em Florianópolis em Santa Catarina.	Identificar o nível de conhecimento dos profissionais responsáveis pelo departamento pessoal de uma empresa de grande porte, situada em Florianópolis no tocante a nova obrigatoriedade chamada Escrituração Fiscal Digital Social – eSocial.
Rigo <i>et al.</i> (2015)	5 escritórios contábeis da cidade de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul.	Evidenciar quais os impactos causados aos escritórios contábeis após o SPED eSocial, bem como verificar como os contadores visualizam esta exigência. E ainda, avaliar como esta o processo de adaptação, o tempo necessário para as empresas se adequarem e se os profissionais contábeis estão preparados para atender a este novo projeto.
Vassoler (2015)	2 empresas de médio porte localizadas em Forquilha em Santa Catarina.	Conhecer os possíveis impactos que o eSocial poderá causar as empresas na cidade de Forquilha no estado de Santa Catarina.

Fonte: Os autores, 2017.

Diante das pesquisas apresentadas no Quadro 2, verifica-se que a implementação do eSocial está sendo analisada em empresas de pequeno e médio porte distribuídas pelo Brasil, a fim de se analisar uma perspectiva da implementação do novo sistema para a gestão das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa descritiva de levantamento ou *survey* faz uso de uma abordagem quantitativa das informações. O estudo objetiva, investigar a percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial), em uma instituição de ensino superior comunitária do Oeste de Santa Catarina.

O levantamento ou *survey*, ocorreu por meio da população da pesquisa, que compreendeu 104 discentes de ciências contábeis de uma instituição comunitária do Oeste de Santa Catarina e a amostra

de 65 discentes que responderam o instrumento de pesquisa em sala de aula, durante o segundo semestre de 2016.

Para coleta das informações, foi utilizado um questionário com 22 questões fechadas. De acordo com Gil (1999, p.130) este instrumento de pesquisa é tratado como uma técnica de pesquisa, sendo “composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. O instrumento de pesquisa utilizado foi composto por três blocos de questões. No primeiro bloco, há os itens correspondentes ao perfil dos respondentes. No segundo bloco, aparecem as questões relacionados à percepção dos discentes quanto ao SPED. E no terceiro bloco, constam as questões a respeito do eSocial.

Na análise dos dados, de acordo com Beuren (2013, p. 136) que compreende a análise das informações que “significa trabalhar com o material obtido durante o processo investigatório”. Para análise das informações coletadas, utilizou-se a estatística descritiva por meio de médias, frequências e somatórios, com o propósito de interpretar os dados coletados com o instrumento de pesquisa e compreender a percepção dos discentes analisados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção discorre-se sobre o perfil dos respondentes e a percepção destes sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial).

4.1 Perfil dos Respondentes

Em relação às características dos respondentes, verificou-se que 50 discentes pertencem ao gênero feminino que correspondem a 77% dos entrevistados e 15 ao masculino que representam 23% dos entrevistados. Quanto à idade, observa-se que a maioria se enquadra na faixa etária de 21 a 39 anos, correspondendo a 58% dos respondentes, seguida da faixa etária de até 20 anos, que somam 30% dos entrevistados. E a faixa de 30 a 39 anos representa 9% dos entrevistados, sendo que apenas 1% dos discentes afirmam ter mais de 40 anos.

Quanto às atividades profissionais desenvolvidas, destaca-se que 94% dos discentes analisados estudam e trabalham simultaneamente e 5% informaram apenas estarem estudando no momento. Dentre os 94% dos discentes que mencionaram estar trabalhando, percebe-se que 38% atuam em empresas no segmento contábil, ou seja, escritórios de contabilidade, assessorias e consultoria contábil. E ainda, 10% atuam em instituições financeiras públicas e privadas e 7% desenvolvem atividades profissionais junto às cooperativas agroindustriais localizadas na região Oeste de Santa Catarina.

No que se refere, ao período em que estão cursando a graduação, a Tabela 1 demonstra a distribuição por período dos discentes analisados.

Tabela 1 – Distribuição dos respondentes por período no curso de Ciências Contábeis

Período do curso de Ciências Contábeis	Nº Respondentes	Percentual
4º período	15	23%
6º período	14	22%
7º período	2	3%
8º período	18	28%
9º período	1	2%
10º período	14	22%
Não respondeu	1	2%
Total Geral	65	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observa-se, na Tabela 1, a predominância de respondentes do 8º período do curso (28%), seguida pelos respondentes do 4º período (23%) e 6º e 10º período com 22%. Depreende-se que os discentes, cujos responderam o instrumento de pesquisa são predominantemente concluintes do curso de Ciências Contábeis, uma vez que faltam apenas 1 ano para se tornarem graduados.

Cabe mencionar, como fator favorável, a matriz curricular do curso analisado, os acadêmicos já a partir do 3º período cursam o componente curricular de Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias, o qual aborda esse assunto.

4.2 Percepção sobre o SPED

Para analisar a percepção dos discentes em relação ao SPED inicialmente, verificou-se a experiência na área contábil dos respondentes e constatou-se que 68% atestam possuir experiência na área, enquanto 32% mencionam não possuir essa experiência. Em linhas gerais, percebe-se 94% dos discentes respondentes, tem-se a predominância de 68% dos que alegam ter experiência.

Em relação ao tempo de experiência na área contábil, as informações são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de experiência na área contábil dos discentes analisados

Tempo de experiência na área contábil	Nº de respondentes	Percentual
Até 1 ano	19	29%
1 a 3 anos	20	31%
3 a 5 anos	8	12%
Mais de 5 anos	4	6%
Não responderam	14	22%
Total	65	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observa-se na Tabela 2, a predominância de alunos com tempo de experiência na faixa de 1 a 3 anos (31%), seguida por aqueles com experiência de até 1 ano (29%) e na faixa de 3 a 5 anos (12%). Nesse sentido, entende-se que os discentes começaram a atuar na área contábil a partir da sua entrada no curso de graduação em Ciências Contábeis, uma vez que o curso na instituição de ensino comunitária possui duração de 5 anos.

Na sequência, a Tabela 3 demonstra a opinião dos discentes em relação ao nível de conhecimento destes para trabalhar no seu cotidiano com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Tabela 3 – Percepção dos discentes sobre seu nível de conhecimento do SPED

Você se considera preparado para trabalhar com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)?	NÃO PREPARADO	POUCO PREPARADO	PREPARADO	BEM PREPARADO	MUITO BEM PREPARADO	NÃO TEM OPINIÃO
Nota Fiscal Eletrônica – NF-e	22%	14%	25%	26%	11%	3%
Conhecimento de Transporte eletrônico – Ct-e	28%	23%	22%	25%	3%	0%
Nota Fiscal de Serviço eletrônica – NFS-e (ISS)	29%	22%	18%	18%	11%	2%
Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI	35%	35%	14%	14%	2%	0%
Escrituração Contábil Digital – ECD	40%	37%	9%	14%	0%	0%
Escrituração Fiscal Digital – EFD PIS/COFINS	38%	30%	14%	14%	3%	2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Constata-se na Tabela 3, em média 32% dos discentes afirmam que não estão preparados para trabalhar com o SPED, 27% afirmam estar pouco preparados. Nesse sentido, apenas 19% afirmam estar

bem preparados e 5% muito bem preparados. Depreende-se que os discentes pesquisados necessitam ampliar seus conhecimentos principalmente sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) – ICMS e IPI, além da PIS e COFINS. Entretanto, os alunos estão mais preparados para trabalhar com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

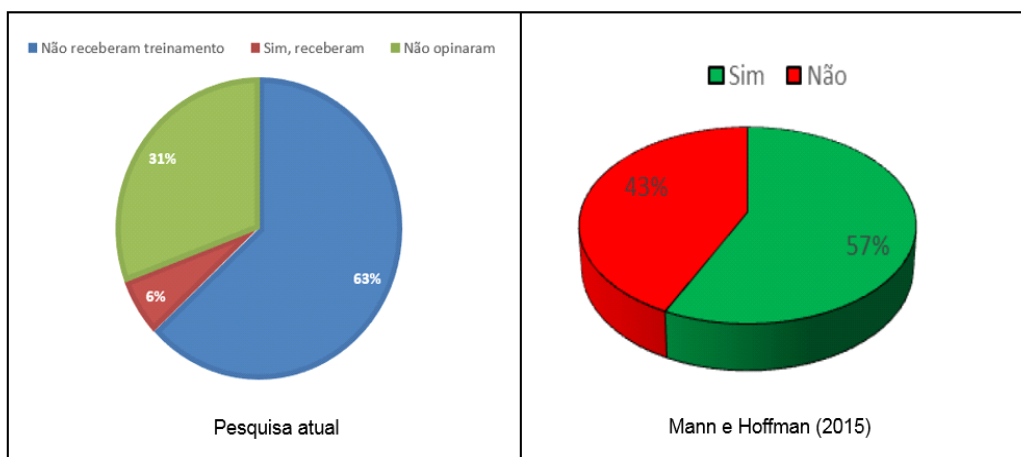
Em linhas gerais, entre os alunos analisados 68% afirmam que possuem conhecimento a respeito do SPED e 32% alegam não possuírem este entendimento. Entretanto, 80% alegam que estão pouco familiarizados com este novo método de escrituração e apenas 15% afirmam estar muito familiarizado.

4.2 Percepção sobre o eSOCIAL

O eSocial foi criado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.373 em dezembro de 2014, como uma obrigação legal. Esta obrigação induz as organizações a uma mudança completa na gestão das informações dos trabalhadores por meio da unificação eletrônica do envio de dados fiscais, trabalhistas e previdenciários para o governo.

Nesse sentido, buscou-se analisar a participação dos discentes em algum treinamento ou curso de capacitação voltado ao eSocial ministrado por entidades no processo de implantação do sistema, tais como: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina (SESCON), Sindicato dos Contabilistas (SINDICONT) ou Conselho Regional de Contabilidade (CRC), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Participação em treinamentos ou curso de capacitação sobre o eSocial



Fonte: Adaptado de Mann e Hoffman (2015).

Verifica-se, na pesquisa atual, que 63% dos discentes não participaram de treinamentos ou curso de capacitação relacionados ao eSocial e 31% não opinaram a respeito. Estes resultados corroboram os achados de Mann e Hoffman (2015), os quais analisaram os colaboradores do setor de recursos humanos de empresas cooperativas agropecuárias na cidade de Ponta Grossa no estado do Paraná, uma vez que 57% dos entrevistados afirmaram não ter recebido capacitação a respeito do tema.

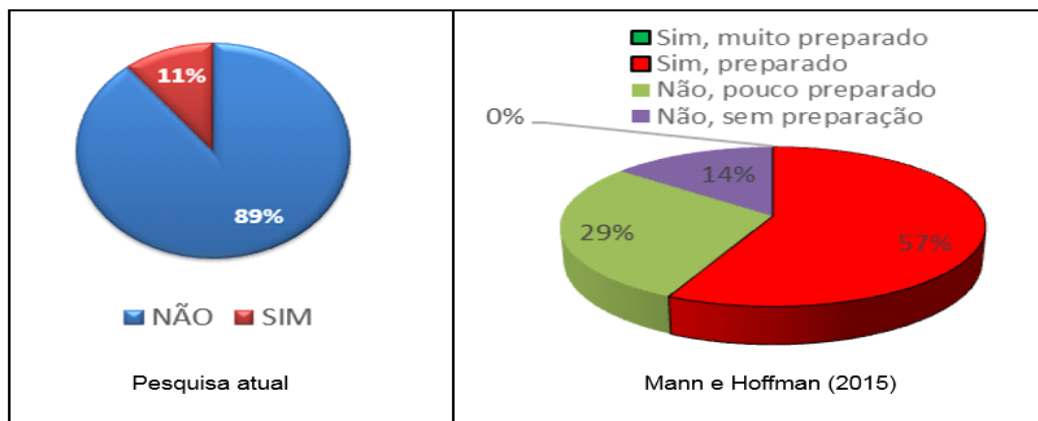
Destaca-se ainda, entre os 6% dos discentes que afirmaram receber treinamento a respeito, estes foram capacitados pelo Sindicato dos Contabilistas (SINDICONT) da região de Chapecó. Os achados corroboram parcialmente com Rigo *et al.* (2015) que analisou os contabilistas responsáveis pelo departamento pessoal dos escritórios de contabilidade da região de Getúlio Vargas no estado do Rio Grande do Sul, cujos recebem treinamento do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Ressalta-se,

no entanto, em ambos os estudos os treinamentos foram realizados pelos órgãos de classe e não pelas entidades governamentais responsáveis pela nova legislação.

Quanto à realização de investimentos em treinamentos e capacitações profissionais que irão operacionalizar o sistema do eSocial, observou-se que 97% dos entrevistados apontam a necessidade da realização desses investimentos em treinamentos para operacionalização do mesmo. Estes achados corroboram com os resultados de Mann e Hoffman (2015), em que 57% dos respondentes também apontaram essa necessidade.

Em relação a percepção discentes se estão preparados para trabalhar com o eSocial, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 – Percepção em relação a capacidade dos discentes em trabalharem com o eSocial



Fonte: Adaptado de Mann e Hoffman (2015).

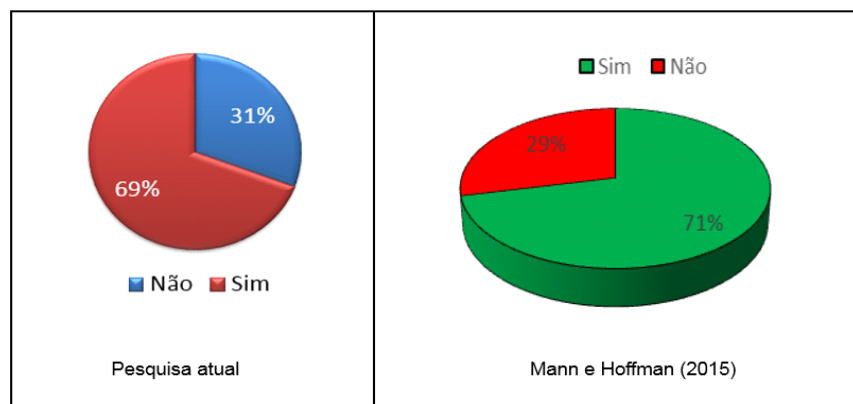
Observa-se, na pesquisa atual, que 89% dos discentes alegam não estarem preparados para trabalharem com o eSocial. E ainda, 86% dos discentes analisados afirmam que desconhecem a finalidade dos “eventos” do eSocial, ou seja, desconhecem os eventos de natureza periódica, não periódica, iniciais e os eventos de tabela. Estes resultados corroboram com o estudo de Rigo *et al.* (2015) em que os contabilistas mencionam que até o momento da pesquisa, 90% alega que estão pouco preparados para implementar essas mudanças nas organizações que prestam serviços contábeis. Em contrapartida, os resultados discordam da pesquisa de Man e Hoffman (2015) que entrevistaram os colaboradores da área de recursos humanos, cujos mencionam que estão preparados para trabalhar com o novo sistema.

No que se refere a segurança das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias disponibilizadas por meio do eSocial, 55% os discentes analisados acreditam na segurança informacional do sistema. Corroborando os achados de Mann e Hofmann (2015) em 86% dos colaboradores de recursos humanos analisados também acreditam na segurança do sistema. Entretanto, esses resultados discordam dos resultados de Rigo *et al.* (2015) cujo analisou os contabilistas, os quais mencionam que as informações recebidas não são de total confiança.

No que tange, a redução do acúmulo de obrigações acessórias para o setor contábil, 51% dos respondentes não acreditam nesta redução e 46% acreditam. Entretanto, os achados de Mann e Hofmann (2015) são mais otimistas quanto à redução do número de obrigações acessórias (71%).

Para os benefícios apontados pelo Governo advindos da implantação do sistema, como a sonegação fiscal, previdenciária e tributária, a Figura 3 demonstra a percepção dos discentes pesquisados.

Figura 3 – Percepção em relação aos benefícios da implantação do eSocial



Fonte: Adaptado de Mann e Hoffman (2015).

Verifica-se que 69% dos respondentes acreditam nos benefícios da implantação do sistema do eSocial confirmando os resultados de Mann e Hoffman (2015), estes alegam entender que a implementação do sistema impactará de maneira positiva nas organizações. Nesse sentido, os discentes analisados apontam o Governo como principal beneficiário com a implementação do sistema (83%), seguida das empresas (6%), trabalhadores (5%) e as empresas prestadoras de serviços contábeis (2%).

Para os discentes os principais benefícios com a implementação para a gestão dos recursos humanos, correspondem: mudança de hábitos na gestão do RH, mudança de hábito na gestão da organização de maneira geral, agilidade nas informações, reduzirá as fraudes e auxiliará na correção dos dados divergentes. Para Rigo *et al.* (2015) a utilização do eSocial incorrerá em benefícios, no primeiro momento haverá mais benefícios para a fiscalização tanto da pessoa física como para a pessoa jurídica, além de apresentar informações de maneira mais rápida e precisa. Os benefícios para os trabalhadores serão percebidos apenas num segundo momento, quando haverá mais rigorosidade com a vida funcional destes por parte das organizações.

Quanto à tempestividade das informações recebidas das empresas em tempo hábil para os escritórios de contabilidade realizarem seus registros, 50% dos discentes acreditam que as organizações não respeitaram os prazos de entrega. Ressalta-se ainda que, 71% dos discentes acreditam que as empresas não repassarão todas as informações necessárias no que diz respeito ao eSocial para a contabilidade realizar os devidos registros no sistema. Estes resultados corroboram parcialmente com Rigo *et al.* (2015), uma vez que os contabilistas afirmam que as informações chegam em tempo hábil, porém os contabilistas apontam um despreparo por parte das organizações em fornecer informações de acordo com a nova realidade da legislação. Sendo assim, os autores mencionam que as empresas necessitam investir em pessoas, treinamentos e tecnologia da informação para se adequarem as exigências governamentais.

Quanto aos recursos tecnológicos suficientes e eficazes necessários para a implementação do sistema do eSocial, 85% dos discentes acreditam que as empresas não dispõem desses recursos. Estes resultados confirmam os achados de Mann e Hoffman (2015) em que 86% dos colaboradores da área de recursos humanos mencionam que as organizações paranaenses não possuem acesso à internet, computadores, servidores e ERPs próprios para suportar a implementação do sistema.

Em relação a possibilidade do eSocial conseguir se integrar ao ERP utilizado pelas empresas, 51% dos discentes pesquisados acreditam nesta possibilidade futuramente. Para Mann e Hoffman (2015), 100% dos colaboradores de RH acreditam nesta possibilidade por parte das agroindústrias analisadas, ou seja, acreditam na fusão dos dois sistemas, sendo também este apontado como benefício pelo Governo

no portal oficial do eSocial na internet. Destaca-se que também, na opinião de 74% dos discentes analisados que a integração da folha de pagamento ao sistema do eSocial com o Fisco devem ser repassadas em tempo real a fim de reduzir as fraudes no Sistema Previdenciário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou investigar a percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial), em uma instituição de ensino superior comunitária do Oeste de Santa Catarina.

A população do estudo compreendeu 104 discentes da referida instituição comunitária do oeste catarinense e a amostra de 65 discentes que responderam o instrumento de pesquisa em sala de aula. Na metodologia, a pesquisa descritiva de levantamento ou *survey* fez uso de uma abordagem quantitativa.

Em relação a implantação do SPED e o eSocial, iniciando primeiramente com o SPED nota-se que 68% dos alunos afirmam possuir conhecimento a respeito sobre o SPED, e 32% não possuem esse entendimento, mas concordam com a necessidade de ampliar seus conhecimentos no que diz respeito ao Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) – ICMS e IPI, além da PIS e COFINS, cujos ainda são campos que necessitam de mais atenção e preparo por parte dos discentes, visto que os mesmos afirmam estar mais preparados para trabalhar com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Quanto ao eSocial, os respondentes acreditam ter seus benefícios, mas traz subjacente a preocupação quanto à complexidade do mesmo, tendo em vista que essas informações devem ser repassadas aos órgãos governamentais de maneira precisa, verídica e em tempo real. Esse cenário agrava-se devido a ausência de participação em treinamentos ou cursos, uma vez que 63% dos discentes disseram que não participaram de treinamentos/cursos de capacitação da mesma forma ocorre com estudos anteriores (MANN; HOFFMAN, 2015), nos quais 57% dos entrevistados também não receberam algum tipo de capacitação.

No que diz respeito à capacidade para trabalhar com o eSocial, tanto para os discentes, quanto para os contabilistas dos estudos anteriores (RIGO *et al.*, 2015) ambos alegam que os entrevistados estão pouco preparados para implementar tal mudança que o governo impõe, discordando dos profissionais de RH, do estudo realizado por Mann e Hoffman (2015) que alegam estar preparados para tal mudança.

No que tange, aos benefícios da implantação do eSocial, tanto os discentes quanto os respondentes dos estudos anteriores de Mann e Hoffman (2015), concordam de maneira positiva que essa implementação trará benefícios e apontam o governo em primeiro momento como o maior beneficiário dessa implementação.

De um modo geral, nota-se o despreparo, a dificuldade e a falta de conhecimento das organizações e dos discentes analisados no fornecimento das informações relacionadas ao eSocial. Diante dessa nova realidade informacional, entende-se que as empresas devem investir no preparo das pessoas, treinamentos e em tecnologia da informação, para que possam adequar-se a tais exigências impostas pelo governo, pois essas informações têm cruzamento de dados e assim haverá um confronto para comparar a veracidade das informações. Nesse contexto, as instituições de ensino superior que ofertam os cursos de graduação em ciências contábeis também devem fornecer subsídios aos futuros profissionais que adentraram ao mercado para que estejam preparados para trabalharem nesta nova perspectiva da profissão contábil.

Sugere-se para futuras pesquisas a realização de um estudo em relação a outras instituições de ensino superior e com os profissionais da área que sofreram o impacto direto da implementação deste programa governamental.

REFERÊNCIAS

ALOUCHE, L. F.; FIORAVANTE, T. M. Sistema de escrituração digital das obrigações, fiscais, previdenciárias e trabalhistas está em fase de implementação. 2014. **Mgalhas**. Disponível em: <<http://www.mgalhas.com.br/dePeso/16,MI195387,21048-Sistema+de+Escrituracao+Digital+das+Obrigacoes+Fiscais>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. **Sistema público de escrituração digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BEUREN, I. M. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 8. reimp. São Paulo: Atlas, 2013. p. 130.

BRASIL. **Manual de orientação do eSocial** – versão 1.0. 17 de juho de 2013. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/Manual%20de%20Orientacao%20do%20eSocial%20_%20versao%201.0.pdf>. Acesso em 16 nov. 2016.

_____. **Decreto n. 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Instituto o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CAVALCANTE, A. S. **O eSocial e as mudanças nas relações trabalhistas no Brasil**. 2013. 68 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2013.

COSTA, L. L. **Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial): uma análise comparativa entre a plataforma atual e a nova plataforma**. 2014. 15 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

DEL FRARI, T. D. **Os benefícios e dificuldades da implantação do projeto eSocial: estudo de caso em uma empresa de pequeno porte**. 2015. 62 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2011, 8, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<https://www.ucb.br/sites/000/2/564.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MANN, H. de Sant'Anna K.; HOFFMAM, R. C. A implantação do eSocial sob a ótica dos profissionais de RH das cooperativas agropecuárias de Ponta Grossa-PR. In: Congresso Internacional de Administração, 2015, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: ADM, 2015. Disponível em: <www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1837&q=1>. Acesso em 12 out. 2016.

NASCIMENTO, M.; SILVA, M. C. EFD Social-Escrituração Fiscal da folha de pagamento e das obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais: um estudo de caso numa empresa de grande porte, em Florianópolis, Santa Catarina. **Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas**, Florianópolis, v.5, n. 2, p. 52-66, 2015.

OLIVEIRA, A. **eSocial: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhista: manual prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

PETRI, S. M. et al. Escrituração Fiscal Digital (EFD): vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v.12, n. 36, p.53-69, 2013.

PORTAL DO SPED. **eSocial – Novo Decreto – 8.373/2014**. 2017. Disponível em: <<http://portaldosped.com.br/e-social-novo-decreto-837314/>> . Acesso em: 25 nov. 2016.

RIGO, I. G. *et al.* Sistema público de escrituração digital: eSocial um estudo nas organizações contábeis no município de Getúlio Vargas-RS. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15., 2015, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: CRC/RS, 2015. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/sistema_publico_escrituracao_digital_esocial_822.pdf>. Acesso em 12 out. 2016.

SANTANA, A. G; BEZERRA, F. A.; TEIXEIRA, S. A.; CUNHA; P. R. Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.70-97, set./dez. 2014.

SOUZA, F. L. **As mudanças nas organizações contábeis por reflexo do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital**. 2013. 84 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

VASSOLER, H, D. **O sistema de escrituração fiscal digital das organizações fiscais previdenciárias e trabalhistas eSocial**. 2015. 51 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – **SPED. NFS-e – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/488>> . Acesso em 05 nov. 2016a.

_____. **CT-e – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1126>>. Acesso em: 5 nov. 2016b.

_____. **ECD – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **ECF – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1285>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **EFD-Contribuições – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/284>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **EFD ICMS IPI – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/523>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **EFD Reinf – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **e-Financeira – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1499>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **eSocial – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1507>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **MDF-e – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1515>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. **NFC-e – o que é?** Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1519>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

YOUNG, L. H. B. **SPED: sistema público de escrituração digital**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.